

CULTURA POLÍTICA, MÍDIA E TOLERÂNCIA POLÍTICA NO BRASIL

4

Jennifer Azambuja de Morais (jennifer.amorais@gmail.com)*

Matheus Müller (theusmuller@gmail.com)†

Resumo: O debate sobre um nível mínimo de tolerância política como necessário para a estabilidade democrática tem sido aprofundado nos últimos anos, especialmente em países como o Brasil, onde percebemos um aumento/ressurgimento da intolerância com os direitos políticos de determinados grupos e de um discurso conservador e autoritário. Em meio a esse cenário, temos no país uma cultura política apática, com altos níveis de desconfiança nas instituições políticas. A exceção são os meios de comunicação, que ainda apresentam níveis mais altos de confiança. A partir disso, neste artigo propomos uma análise da relação entre os níveis de confiança na mídia e os níveis de tolerância política dos brasileiros. Hipotetizamos que, apesar da seletividade de conteúdos proporcionada pela mídia, esta não está aumentando os níveis de intolerância política. Para isso, utiliza-se a metodologia quantitativa, com análises descritivas dos Lapop 2017 e 2019.

Palavras-chave: mídia; democracia; cultura política; tolerância política; Brasil.

POLITICAL CULTURE, MEDIA, AND POLITICAL TOLERANCE IN BRAZIL

Abstract: The debate about a minimum level of political tolerance as necessary for democratic stability has been deepened in recent years, especially in countries such as Brazil, where it is noticeable an increase/resurgence of intolerance in relation to the political rights of certain groups, along with a conservative and authoritarian discourse proliferation. Amid this scenario, we have a country whose political culture demonstrates to be apathetic, with high levels of distrust in Political Institutions. The exception of such scenario is the media, which still is regarded with higher levels of trust. Based on that, we propose an analysis of the relation between the levels of trust of the media and the levels of political tolerance of Brazilians. Our hypothesis is that, despite the selectivity of the content provided by the media, that actor is not increasing the levels of political intolerance. In order to serve to this end, we make use of quantitative methodology, with descriptive analyses of the LAPOP from 2017 and 2019.

Keywords: media; democracy; political culture; political tolerance; Brazil.

* Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

† Pós-doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Maria.

1 INTRODUÇÃO

A polarização política é natural e saudável, até certa medida, para o sistema democrático, pois movimentada o debate político. No entanto uma polarização extrema com um líder demagogo cria na sociedade uma atmosfera de pânico, hostilidade e desconfiança mútua (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018). No caso brasileiro, a polarização política, que sempre fez parte das eleições, começou a aumentar a partir das Manifestações de Junho de 2013 e, nas eleições presidenciais de 2018, deflagrou a intolerância política com opiniões diferentes.

Discussões políticas se tornaram brigas, ofensas e exclusões de amigos e familiares nas redes sociais e, em casos extremos, ações violentas contra quem pensa e quem defende o diferente. Nesse cenário, a intolerância política está marcando a cultura política brasileira e comprometendo a estabilidade democrática do país. Sabe-se que uma cultura política cívica, carregada de valores democráticos, é importante para o bom funcionamento da democracia.

No entanto, no caso do Brasil, a literatura já aponta para a existência de uma cultura política apática e de resignação (BAQUERO, 2013; MOISÉS, 1995), com tradições políticas bem conhecidas; clientelismo, populismo, atitude deferencial diante das autoridades, manipulação, apatia política e, por último, antipartidismo e anti-institucionalismo (MOISÉS, 1995). Ou seja, a democracia convive com cidadãos desinteressados, intolerantes, não participativos e desconfiados de suas instituições políticas.

Apesar dos altos níveis de desconfiança institucional, destaca-se que os brasileiros confiam nos meios de comunicação de forma geral. Isso é relevante, na medida em que se reconhece a mídia como um fator central da vida política contemporânea (MIGUEL, 2002). Sendo assim, a atuação dos meios de comunicação pode ter relação com a internalização de valores democráticos ou autoritários. Destaca-se que não há um determinismo entre o consumo das informações políticas na mídia e as atitudes e comportamentos políticos de uma sociedade, mas é possível a existência de uma relação, visto que a mídia está presente no cotidiano dos cidadãos e é uma instituição em que estes confiam.

A partir do exposto, o objetivo do artigo é analisar a relação entre os níveis de confiança na mídia e os níveis de tolerância política dos brasileiros. A hipótese a ser testada é a de que, apesar da seletividade de conteúdos proporcionada pela mídia, esta não está aumentando os níveis de intolerância política. Para a análise proposta, utiliza-se o protocolo, com análises descritivas, dos dados do *Latin American Public Opinion Project* (Lapop) de 2017 e 2019. Além desta introdução e das considerações finais, o artigo está dividido em três seções. Na primeira se trabalha com cultura política e com tolerância política, em seguida com mídia e recepção e, por último, são feitas as análises dos dados quantitativos sobre a relação entre confiança na mídia e tolerância política no Brasil.

2 CULTURA POLÍTICA E TOLERÂNCIA POLÍTICA

Os estudos de cultura política partiram de uma abordagem determinista entre cultura cívica e estabilidade democrática, do Almond e Verba (1963), para uma análise das crenças e dos valores políticos como instrumento analítico no processo de tomada de decisão política, a partir da década de 1980 (INGLEHART, 1988; PHARR; PUTNAM, 2000; PUTNAM, 2005; DATON; WELZEL, 2014). Mas, independentemente da abordagem, o foco dos estudos comportamentalistas está na análise da constituição de valores, crenças, opiniões, atitudes e comportamentos políticos de uma determinada sociedade, e, por consequência, sua relação com o sistema democrático.

Tais análises buscam demonstrar a importância de valores democráticos para o bom funcionamento da democracia, o que se torna mais necessário em momentos em que valores autoritários, populistas e conservadores estão ocupando o cenário político mundial, a partir da ascensão de líderes de extrema-direita, e gerando o que Norris e Inglehart (2019) denominaram de cultural *backlash*¹. Ou seja, para os autores, essa expansão do conservadorismo nas sociedades ocorre devido às mudanças de valores nos últimos anos, que envolvem a rotação das gerações, que fazem com que os indivíduos mais velhos se sintam encurralados a tais mudanças e se sintam confortáveis com os líderes populistas de viés autoritário, que trazem uma abordagem paternalista da política.

Nesse sentido, é importante se falar sobre valores democráticos e sua relação com a estabilidade democrática. O foco deste artigo é o valor da tolerância política, que inclui a aceitação dos direitos políticos de outros, como a liberdade de expressão, mesmo em relação a grupos dos quais discorda ou tem medo. Como observou Sullivan, Piereson e Marcus (1979), a tolerância implica a disposição de “tolerar” aquelas coisas ou pessoas que se rejeitam ou se opõem. No modelo original das origens da intolerância, apresentado por esses autores, demonstra-se que a tolerância está ligada a um conjunto mais geral de crenças sobre a democracia. Nessa direção, Gibson e Bingham (1982) afirmam que tolerância política refere-se a uma vontade de alargar os direitos de cidadania a todos os membros da comunidade política, isto é, permitir as liberdades políticas para aqueles que são diferentes. Gibson, Duch e Tedin (1992) expandiram essa pesquisa para considerar mais especificamente a conexão entre a tolerância e o apoio às instituições e aos processos democráticos.

As atitudes de tolerância estão sujeitas à manipulação e à mobilização (GIBSON; ANDERSEN, 1985), portanto a mídia pode desempenhar um papel influente no aumento da tolerância ou da intolerância política. Nesse sentido, Stroud (2010) afirma que existe relação entre mídia e intolerância política, pois, para o autor, as pessoas são menos tolerantes devido à exposição a uma mídia partidária e autosselecionada. Sabemos que a maior seletividade que os

¹ Reação cultural, em uma tradução livre.

meios de comunicação permitem ao telespectador pode incentivar determinadas atitudes e comportamentos dos cidadãos, pois estes ficam em ambientes que confirmem seus pensamentos e ações. Kim (2015) ressalta que os indivíduos buscam as informações que estão em linha com as suas crenças pré-existentes, pois isso é mais fácil de processar e requer menos recursos cognitivos.

Diante do exposto, cabe ressaltar que uma atmosfera de intolerância limita a percepção das liberdades dos cidadãos, afetando a democracia. Gibson (1992) destaca que a consequência de uma população intolerante resulta em uma sociedade fragmentada e polarizada, conformista e inflexível, não querendo se envolver na discussão, o que é uma ameaça iminente para um governo democrático.

Direcionando para o Brasil, ao se falar de cultura política, é necessário ter em mente que a transição para democracia ocorreu sem a construção de valores democráticos, apresentando assim uma incongruência entre a prática de uma democracia formal e a existência de desigualdade social. Segundo Baquero (2001, p. 99), frequentemente se constata na bibliografia sobre a evolução do Estado no Brasil “a influência de um passado de instabilidade política e econômica, bem como de um legado autoritário que tem obstaculizado a construção de uma cultura política verdadeiramente democrática no país”. Para além disso, não se reestabeleceu uma sociedade civil participativa, ficando a cargo das regras do jogo político o bom desempenho institucional para garantir uma democracia de qualidade. Nesses termos, a cultura política brasileira é considerada de apatia e de resignação (BAQUERO, 2013; MOISÉS, 1995), em que os cidadãos apresentam baixo interesse pela política, baixa participação política, baixos níveis de confiança institucional e valores conservadores, como a intolerância política.

E, sobre a intolerância no país, em virtude dos acontecimentos políticos nos últimos anos, a mídia, especialmente a internet, parece estar contribuindo para guiar atitudes de intolerância política com as opiniões divergentes, o que acaba por gerar um discurso de ódio e uma polarização das opiniões. Tais atitudes parecem reforçar a cultura política de apatia e resignação, na qual a população de forma geral não mostra interesse na política, sendo assim intolerante com esses assuntos.

3 MÍDIA E RECEPÇÃO

Os estudos sobre mídia e política partem da lógica de que o discurso midiático está presente em todas as esferas da vida dos cidadãos, pois estes estão expostos a diferentes informações: economia, religião, cultura, política, cotidiano, publicidade, entre outros. Nessa perspectiva, as análises buscam compreender a relação entre a atuação dos meios de comunicação, eleições e opinião pública (MIGUEL, 1998; 2002; BOURDIEU, 1973), bem como o impacto na consolidação da democracia (ENTMAN, 1989; PUTNAM, 2002). Para tanto,

construíram-se duas perspectivas de análise dos efeitos dos meios de comunicação no engajamento político dos cidadãos: a teoria da mobilização e os efeitos negativos.

Na teoria da mobilização (NORRIS, 2000; POLAT, 2005; RECUERO, 2009; KENSKI; STROUD, 2006), há uma visão de que os meios de comunicação promovem o engajamento cívico e estimulam a participação política, pois diminuem as barreiras da participação política. Norris (2000) destaca o fortalecimento da democracia, visto que a mídia empodera novos cidadãos a se tornarem politicamente ativos. De outro modo, os estudos dos efeitos negativos (PUTNAM, 2002; BOULIANNE, 2009; PATTERSON, 2000) trabalham com a relação negativa entre os meios de comunicação e o engajamento político, devido ao isolamento que estes criam (PUTNAM, 2002), o que corrói as relações sociais.

Superando esses estudos, não se assume aqui o determinismo de uma ou de outra perspectiva; apenas parte-se da proposta de que, por confiar-se nos meios de comunicação mais do que nas demais instituições políticas, pode existir uma relação entre a recepção dos conteúdos e a constituição de valores democráticos.

Isso posto, entende-se como necessário compreender o processo de comunicação, especialmente a etapa da recepção. Sabe-se que a comunicação é um processo social primário, presente nos relacionamentos que constituem a sociedade (RÜDIGER, 1998), logo a comunicação não existe somente nos meios de comunicação (ESCOSTEGUY; JACKS, 2005). Isso não exclui a presença e a relevância dos meios de comunicação na busca por informações; apenas indica que, para estudos de mídia e política, é importante compreender que, no processo de comunicação dos cidadãos com a TV, rádio, jornal e internet, a recepção é parte essencial. Isso porque não se pode automaticamente classificar os membros da audiência como receptáculos passivos ou ativos das mensagens midiáticas, mas se deve investigar que possíveis influências e efeitos esses meios podem causar na constituição de opiniões, atitudes, comportamentos, valores, especialmente políticos.

Nesse sentido, é importante ressaltar que os estudos e a recepção se articulam com o espaço cultural e histórico dos indivíduos, ou seja, as possíveis influências na recepção dos conteúdos estão relacionadas com o ambiente e com a história do receptor. Escosteguy e Jacks (2005) complementam que a comunicação de massa está integrada às demais práticas da vida diária, portanto, para os estudos culturais, a pesquisa de comunicação não é a que foca estritamente nos meios, mas a que se dá no espaço de um circuito composto pela produção, circulação e consumo da cultura midiática.

Entre as tradições de comunicação e recepção² apresentadas por Jensen e Rosengren (1990), este artigo foca nos estudos culturais, por concordar que, para compreender o processo de comunicação, é necessário visualizar que o indivíduo tem suas ligações sociais, fazem parte de grupos e têm sua cultura e sua história que geram práticas simbólicas e estruturas de poder, e impactam no processo de recepção dos conteúdos gerados pelos meios e comunicação. À vista disso, Gómez (2000) questiona qual é o papel da cultura nessa interação entre o meio, a mensagem e a audiência (os cidadãos) e responde que, para se entender essa relação, tem que se perceber que o processo de comunicação se dá dentro de uma cultura e que esta é mais ampla que o próprio meio de comunicação.

Assim a cultura pode ser considerada um processo global de produção de sentidos, em que se pode valorizar a cultura popular como um discurso social relevante. Com isso as mensagens produzidas pelos meios de comunicação são tomadas como discursos estruturados, ou seja, as práticas sociais e culturais geram discursos que se tornam padrão e que acabam atingindo de forma mais satisfatória a audiência.

Esses autores estão falando de cultura em seu sentido mais amplo, mas, ao trazer-se para os estudos da Ciência Política, pode-se focar na cultura política de uma sociedade. Nesse sentido, ao trabalhar com o Brasil, sabe-se, conforme apontado na seção anterior, que existe uma cultura política de apatia e de resignação, em que os cidadãos se afastam da política, não apresentando interesse, não participando e não confiando em suas instituições.

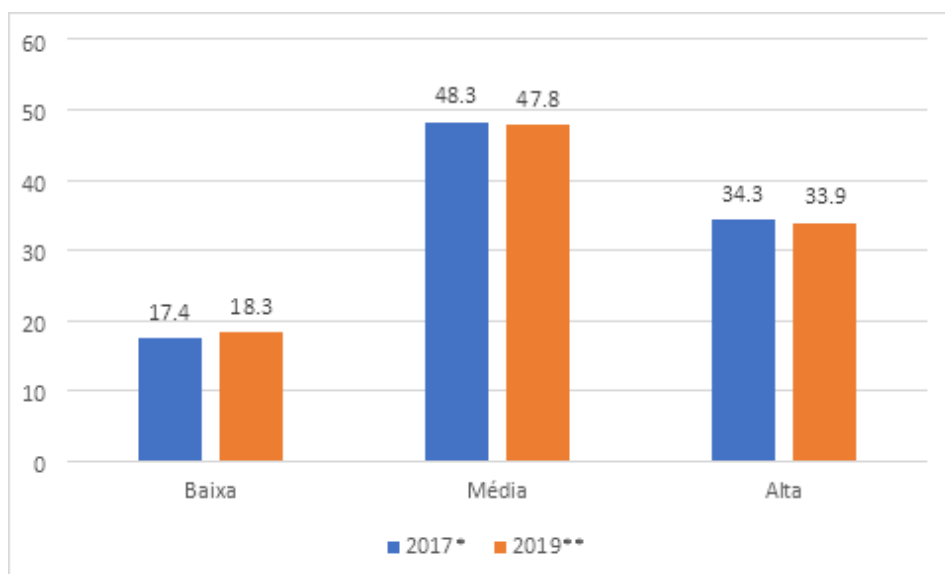
4 A CONFIANÇA NA MÍDIA E A TOLERÂNCIA POLÍTICA NO BRASIL

A relação entre política e mídia, a partir da teoria da Cultura Política, nos permite analisar e compreender o impacto dos meios de comunicação, enquanto instituições políticas, na constituição de atitudes e comportamentos políticos em uma sociedade. Nesse processo, é necessário considerar que, no caso brasileiro, os meios de comunicação de massa são controlados por um número reduzido de empresas e que a cultura política, que está relacionada com o processo de recepção das mensagens midiáticas, é apática e desinteressada pelos assuntos políticos. Além disso, destaca-se que a mídia assumiu um discurso de estigmatização da esfera política, “como o centro de todos os males da nossa sociedade, criminalizando, dessa forma, todas as atividades políticas, através de uma narrativa que generaliza os casos de corrupção para toda a arena política” (CARDOSO; MORAIS, 2018, p. 3).

² As cinco tradições apresentadas pelos autores: Pesquisa dos efeitos, Usos e gratificações, Estudos literários, Estudos culturais e Análise da recepção.

Partindo desses entendimentos, os dados a seguir mostram a relação entre a confiança nos meios de comunicação e a tolerância política, a partir das pesquisas do Lapop (2017; 2019). Inicialmente, mostra-se no Gráfico 1 a confiança nos meios de comunicação, dividida em baixa (1 e 2), média (3, 4 e 5) e alta (6 e 7). Essa recategorização é feita a partir da recodificação da pergunta sobre o nível de confiança nos meios de comunicação, que apresentava uma escala de 1, nada, a 7, muita confiança.

GRÁFICO 1 Confiança na mídia (%)



Fonte: Lapop (2017; 2019).

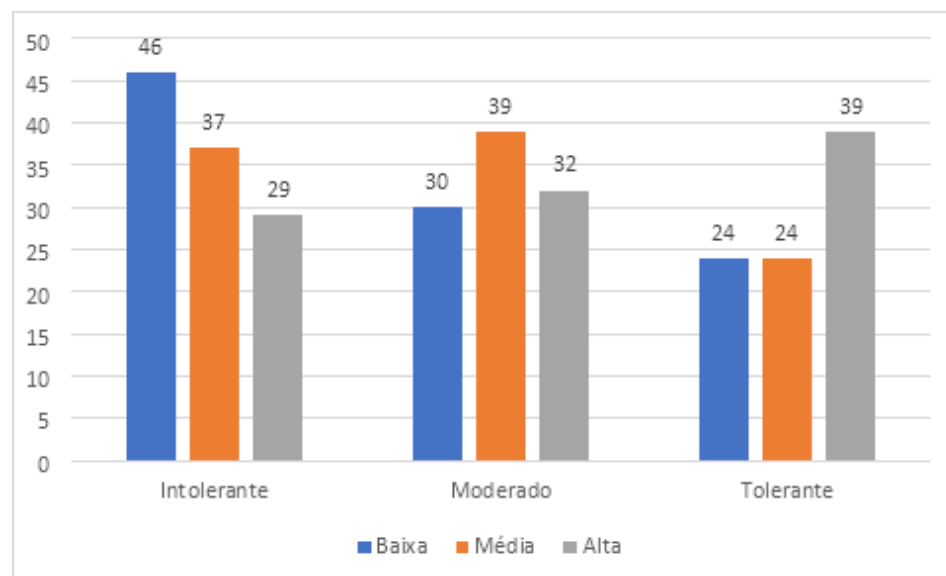
Sendo: *n= 1521, **n= 1484

Conforme os dados do gráfico acima, percebe-se que os brasileiros apresentam de média à alta confiança nos meios de comunicação. Concordando que a mídia é um dos fatores centrais na vida do cidadão (MIGUEL, 2002), essa confiança pode impactar na existência ou não de valores democráticos, como tolerância política. Para ver essa relação, são analisadas a seguir as questões de tolerância e aprovação com direitos de determinados grupos, que também foram recodificadas a partir da escala que ia de desaprova firmemente (1) a aprova firmemente (10), sendo considerados intolerantes de 1 a 3, moderados de 4 a 7, e tolerantes de 8 a 10.

O Gráfico 2 apresenta a relação entre confiança na mídia e tolerância com pessoas que defendem o regime militar. No Brasil, está se vivenciando uma nostalgia com a ditadura militar iniciada em 1964. Muitos cidadãos acreditam que a solução para os problemas atuais do país é a retomada de um regime

autoritário, pois acreditam que, no país, os anos entre 1964 e 1985 representaram um crescimento econômico e que, com os militares no poder, não havia corrupção na política. Essa reivindicação aponta para a existência de valores conservadores na sociedade. Nesse sentido, questiona-se sobre se tolerar esses indivíduos seria algo positivo ou não. Não se pretende aqui responder a essa questão, mas fica a indagação para pesquisas futuras.

GRÁFICO 2 Confiança na mídia x tolerância com pessoas que defendem o regime militar (%)



Fonte: Lapop (2017).

Sendo: $n = 1496$, $r = 0,00$

A partir dos dados acima, percebe-se que os cidadãos com alta confiança nos meios de comunicação são mais tolerantes, enquanto os com baixa confiança são mais intolerantes com as pessoas que defendem o regime autoritário. Sabe-se que a partir da propaganda e da comunicação se criou na população brasileira um sentimento de pertencimento, nacionalismo e fé no futuro, e isso gerou a aprovação dos governos militares, mesmo com toda violência e autoritarismo da época (FICO, 1997). Complementar a isso, houve a censura vivida pelos meios de comunicação, naquele período, que não permitia denunciarem os abusos do regime. Porém, mesmo com a reabertura democrática do país, muitos desses meios não denunciaram os abusos e menos ainda publicizaram para a grande massa os crimes cometidos pelos militares do regime. Talvez esse silêncio ou convivência dos meios de comunicação estejam relacionados com a tolerância a um regime autoritário. Mas, novamente, não se pretende aqui responder a essa questão; apenas buscar relações entre os níveis de confiança na mídia e os níveis de tolerância política.

Seguindo nas análises, na Tabela 1 se traz a tolerância com a aprovação de direitos de voto, de candidatura, de protesto e de discurso das pessoas que criticam o governo. Como os dados são de 2019, ressalta-se que o presidente da república é Jair Bolsonaro, que apresenta discursos conservadores e fascistas, representando a extrema-direita no país.

Inicialmente, destaca-se que os brasileiros se mostram mais tolerantes com o direito de votar e de protestar dos indivíduos que criticam o governo e se mostram um pouco mais intolerantes com o direito de se candidatar e de discursar destas pessoas. No entanto, apesar de o qui-quadrado ser significativo em todas as inferências, não se apresentam diferenças significativas entre as categorias ou padrões que possibilitem uma interpretação determinista da relação de causalidade entre baixa ou alta confiança nos meios de comunicação e os níveis de tolerância política.

Mas se fazem alguns destaques sobre os dados acima apresentados. Primeiro, de que os indivíduos de baixa confiança na mídia são mais tolerantes em relação ao direito de votar (43%) e ao direito de protestar (47%) e mais intolerantes ao direito de se candidatar (38%) e de discursar (43%). Os que demonstram média confiança tendem a ser também moderados quanto à aprovação dos direitos, enquanto os com alta confiança apresentam um padrão similar aos de baixa, pois são mais tolerantes com o direito de votar (45%) e de protestar (45%), e mais intolerantes com o direito de se candidatar (35%) e de discursar (38%).

Ao se voltar a análise para os cidadãos mais tolerantes, o que se percebe é que os indivíduos com baixa confiança nos meios de comunicação são mais tolerantes do que os com alta confiança (ressaltando que são diferenças muito baixas nas porcentagens, que variam de 1% a 7%), padrão que se repete ao analisar os intolerantes, que também se concentram mais nos que apresentam baixa confiança (com diferenças que variam entre 3% e 9%). A partir disso, pode-se destacar que a baixa confiança nos meios de comunicação está relacionada com os níveis de tolerância em relação aos direitos políticos de pessoas que criticam o governo, porém tanto para a intolerância quanto para tolerância.

Partindo para a tolerância partidária, os dados do Lapop (2019) permitem uma análise relacionada aos dois extremos da polarização política que existiam desde as eleições de 1994 até 2014, entre PT e PSDB, que se apresenta na Tabela 2. Nas eleições de 2018, o PT continuou sendo uma das pontas dessa polarização, porém a outra ponta ficou com um partido relativamente novo, o PSL, representado pela candidatura de Jair Bolsonaro.

Diferente da tabela anterior, aqui se percebe que os cidadãos são mais intolerantes em relação ao direito de concorrer à presidência de ambos os partidos, com destaque para uma maior intolerância em relação ao PT. Além disso, fica mais evidente, por um lado, uma relação entre os baixos níveis de confiança

TABELA 1 Confiança na mídia x tolerância com direitos de quem critica o governo (%)

Níveis de confiança	Níveis de tolerância		
	Intolerante	Moderado	Tolerante
<i>Direito a votar*</i>			
Baixa	24	33	43
Média	15	51	34
Alta	17	41	42
<i>Direito a se candidatar**</i>			
Baixa	38	29	33
Média	31	44	25
Alta	35	39	26
<i>Direito a protestar***</i>			
Baixa	27	26	47
Média	15	43	42
Alta	18	37	45
<i>Direito a discursar****</i>			
Baixa	43	25	32
Média	34	42	24
Alta	38	35	27

Fonte: Lapop (2019).

Sendo: *n= 1474, r= 0,00; **n= 1474, r=0,00; ***n= 1473, r= 0,00; ****n= 1472, r= 0,00

nos meios de comunicação e a intolerância, tanto com o PSDB (49%) quanto com o PT (59%), e, por outro lado, a relação entre a alta confiança e a tolerância partidária (PSDB com 28% e PT com 33%).

TABELA 2 Confiança na mídia x tolerância partidária (%)

Níveis de confiança	Níveis de tolerância		
	Intolerante	Moderado	Tolerante
<i>Direito do PSDB de Concorrer à presidência*</i>			
Baixa	49	32	19
Média	32	46	22
Alta	28	44	28
<i>Direito do PT de Concorrer a presidência**</i>			
Baixa	59	20	21
Média	49	26	25
Alta	42	25	33

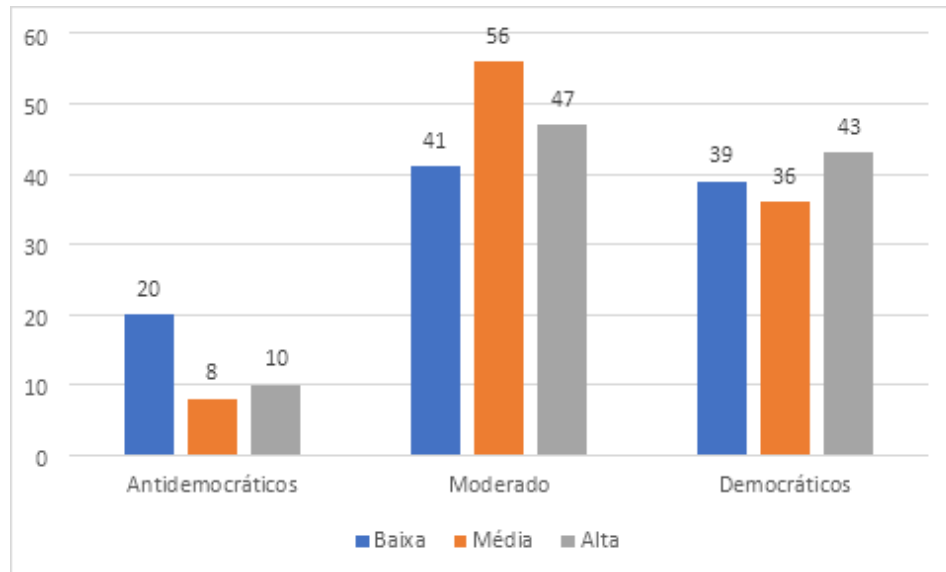
Fonte: Lapop (2019).

Sendo: *n= 1419, r= 0,00; **n= 1452, r= 0,00

Esses dados colaboram para um encaminhamento sobre a hipótese inicial de que, apesar da seletividade de conteúdos proporcionada pela mídia, esta não está aumentando os níveis de intolerância política. Apesar de essa hipótese não poder ser confirmada e nem refutada com os dados da Tabela 1, mais relacionada com os direitos políticos de cidadãos que criticam o governo, ela se confirma em parte com os dados do Gráfico 2 e da Tabela 2, ao se verificar que os que confiam mais nos meios de comunicação tendem a ser mais tolerantes com pessoas que defendem o regime militar e com o direito de concorrer à presidência do PSDB e do PT. Porém os dados da Tabela 1 endossam uma reflexão sobre a baixa confiança na mídia e os níveis de tolerância política, especialmente os extremos entre tolerância e intolerância.

Para finalizar esta seção de análises, apresenta-se, no Gráfico 3, a relação entre a confiança nos meios de comunicação e a concordância de que a democracia é a melhor forma de governo. Essa questão foi recodificada a partir da escala de 1, muito em desacordo com a afirmação, a 7, muito em acordo, em três categorias: antidemocrático (1 e 2), moderado (3 a 5) e democrático (6 a 7).

GRÁFICO 3 Confiança na mídia x apoio à democracia (%)



Fonte: Lapop (2019).

n= 1463, r= 0,00

Com os dados do Gráfico 3, afirma-se que a baixa confiança apresenta mais indivíduos antidemocráticos (20%), enquanto a alta confiança nos meios de comunicação mais cidadãos democráticos (43%), apontando que entre os democráticos não se apresenta uma diferença muito ampla entre a baixa (39%), a média (36%) e a alta confiança (43%).

Os dados apresentados não indicam um efeito negativo e nem uma mobilização por parte da mídia nas atitudes e comportamentos de uma sociedade. Indicam uma relação entre confiança nos meios e nos níveis de tolerância, visto que todas as inferências são significativas. Com o qui-quadrado igual a 0,00, porém, não apresentam claramente uma direção causal; apenas dão indícios de que, de forma geral, a alta confiança está mais relacionada com a tolerância política, especialmente partidária.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação entre comunicação e política precisa ser mais aprofundada na Ciência Política, especialmente com as novas mídias digitais. Uma dicotomia nos estudos dos efeitos da mídia nas atitudes e comportamentos políticos de uma sociedade, entre efeitos negativos e efeitos de mobilização, ajudou no avanço dos debates, porém ainda é necessário compreender esses efeitos dentro de uma determinada cultura política, para que se possa ir além do positivo ou negativo

e atingir uma compreensão das possibilidades dos meios de comunicação que ajudem a propor soluções favoráveis à constituição de uma cultura cívica.

Neste artigo buscou-se trabalhar um pouco mais dessa relação pela ótica da cultura política, com o objetivo de analisar a relação entre os níveis de confiança na mídia e os níveis de tolerância política dos brasileiros. Para atingir esse objetivo, inicialmente se debateu sobre a cultura política e a importância da tolerância política, enquanto valor democrático para a estabilidade democrática. Recordar-se que no Brasil temos uma cultura política caracterizada pela apatia, baixa participação política e baixos níveis de confiança e que, nos últimos anos, presencia-se uma onda de conservadorismo, com destaque para o aumento da intolerância política. E essa intolerância política pode diminuir o apoio às instituições e ao próprio sistema democrático (GIBSON; DUCH; TEDIN, 1992).

Dando sequência, apresentaram-se as teorias dos efeitos dos meios de comunicação: da mobilização e dos efeitos negativos, além de uma compreensão do processo de comunicação, em especial da etapa da recepção que exige a compreensão do ambiente em que o telespectador está inserido. E aqui se lançou o entendimento de que o tipo de cultura política está relacionado com esse processo, o que retira o determinismo entre o meio de comunicação e a constituição de atitudes e comportamentos políticos, mas se corrobora para o entendimento de que existe uma relação entre essas variáveis.

Para testar a hipótese de que, apesar da seletividade de conteúdos proporcionada pela mídia, esta não está aumentando os níveis de intolerância política, foram analisados dados do Lapop (2017 e 2019) a partir de inferências entre os níveis de confiança nos meios de comunicação e os níveis de tolerância política dos cidadãos brasileiros. Tal hipótese confirma-se em parte, pois os dados, apesar de significativos estatisticamente, não apresentam um padrão claro de relação causal, especialmente quanto à tolerância aos direitos políticos das pessoas que criticam o governo. Porém, quando analisada a intolerância partidária em relação ao PSDB e ao PT, percebe-se que os indivíduos com alta confiança nos meios são mais tolerantes em relação aos dois partidos políticos, assim como são mais tolerantes com pessoas que defendem o regime militar e também são mais democráticos.

Conclui-se que, apesar da seletividade de conteúdos proporcionada pelos meios de comunicação, além de, no caso brasileiro, estes serem controlados por um número reduzido de empresas e estarem, especialmente nos últimos anos, estigmatizando a política com uma narrativa de corrupção, não se pode traçar uma relação negativa com a tolerância política. Isso reforça a necessidade de um aprofundamento nestes estudos, pois, de alguma forma, a cultura política de apatia está se mantendo no país, e com valores conservadores e autoritários, que prejudicam a estabilidade democrática.

REFERÊNCIAS

- ALMOND, Gabriel; VERBA, Sydney. *The civic culture revisited*. Califórnia: Sage Publications, 1963.
- BAQUERO, Marcello. *Qual democracia para a América Latina?* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013.
- BAQUERO, Marcello. *A vulnerabilidade dos partidos políticos e a crise da democracia na América Latina*. Porto Alegre: UFRGS. 2001.
- BOULIANNE, Shelley. Does Internet use affect engagement? A MetaAnalysis of Research, *Political Communication*, v. 26, n. 2, p. 193–211, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. A opinião pública não existe. *Les Temps Modernes*, v. 318, 1973.
- CARDOSO, Enio; MORAIS, Jennifer. A narrativa sobre a corrupção e a criminalização da política: o impacto dos meios de comunicação no primeiro turno das eleições de 2018. *Revista de Ciências Humanas e Sociais*, v. 4, n. 3, p. 2–28, 2018.
- DALTON, Russell; WELZEL, Christian. Introduction. In: DALTON, Russell; WELZEL, Christian (org.). *The Civic Culture transformed*. Cambridge University Press, 2014.
- ENTMAN, Robert M. *Democracy without citizens: media and the decay of American politics*. Oxford: Oxford University Press, 1989.
- ESCOSTEGUY, Ana Carolina; JACKS, Nilda. *Comunicação e recepção*. São Paulo: Hacker Editores, 2005.
- FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- GIBSON, James. The political consequences of intolerance: cultural conformity and political freedom. *American Political Science Review*, v. 86, n. 2, p. 338–356, 1992.
- GIBSON, James. Political intolerance in the context of democratic theory. In: GOODIN, Robert E. (ed.). *The Oxford Handbook of Political Science*, Oxford: Oxford University Press, USA, 2011.
- GIBSON, James; ANDERSEN, Arthur. The political implications of elite and mass tolerance. *Political Behavior*, v. 7, p. 118–146, 1985.

- GIBSON, James; BINGHAM, Richard. On the conceptualization and measurement of political tolerance. *American Political Science Review*, v. 76, p. 603–620, 1982.
- GIBSON, James; DUCH, Raymond; TEDIN, Kent. Democratic values and the transformation of the Soviet Union. *The Journal of Politics*. v. 54, n. 2, p. 329–371, 1992.
- GOMEZ, Guillermo Orozco. *La investigación em comunicación desde la perspectiva cualitativa*. Universidade Nacional de La Plata-Buenos Aires, 2000.
- INGLEHART, Ronald. The Renaissance of Political Culture. *American Political Science Review*, Washington, D. C., v. 82, n. 4, p. 1203–1229, 1988.
- INGLEHART, Ronald; WELZEL, Cristian. *Modernization, cultural change, and democracy: the human development sequence*. Cambridge: Cambridge University, 2005.
- JENSEN, Klaus Bruhn; ROSENGREN, Karl Erik. Five Traditions in Search of the Audience. *European Journal Of Communication*, v. 5, p. 207–238, 1990.
- KENSKI, Kate; STROUD, Natalie. Connections between Internet use and political efficacy, knowledge, and participation. *Journal of Broadcasting and Electronic Media*, v. 50, n. 2, p. 173–192, 2006.
- KIM, Yonghwan. Does Disagreement Mitigate Polarization? How Selective Exposure and Disagreement Affect Political Polarization. *Journalism & Mass Communication Quarterly*, v. 2, n. 4, p. 915–937, 2015.
- LAPOPOP. Latin American Public Opinion Project. *Banco de Dados*. 2017.
- LAPOPOP. Latin American Public Opinion Project. *Banco de Dados*. 2019.
- LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro, Zahar, 2018.
- MIGUEL, Luiz Felipe. Mídia e manipulação política no Brasil: a Rede Globo e as eleições presidenciais de 1989 a 1998. *Comunicação & Política*, n. s., v. XI, n. 2, p. 119–137, 1998.
- MIGUEL, Luiz Felipe Miguel. Os meios de comunicação e a prática política. *Revista Lua Nova*, n. 55–56, 2002.
- MOISÉS, José Álvaro. *Os brasileiros e a democracia: bases Sociopolíticas da legitimidade democrática*. São Paulo, Ática, 1995.

- NORRIS, Pippa. *A virtuous circle: political communications in post-industrial democracies*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- NORRIS, Pippa; INGLEHART, Ronald. *Cultural Backlash: Trump, Brexit, and authoritarian populism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.
- PATTERSON, Thomas. *The mass media election: how Americans choose their President*. New York: Praeger, 2000.
- PHARR, Susan; PUTNAM, Robert (org.). *Disaffected democracies: what's troubling the trilateral countries?* Princeton: Princeton University, 2000.
- POLAT, Rabia K. The internet and political participation: exploring the explanatory links. *European Journal of Communication*, Londres, v. 20, n. 4, p. 29–48, mar. 2005.
- PUTNAM, Robert. *Solo en la bolera. Colapso y surgimiento de la comunidad norte-americana*. Barcelona: Galáxia Gutemberg, 2002.
- PUTNAM, Robert. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- RECUERO, Raquel. *Redes Sociais na Internet*. 1. ed. Porto Alegre: Editora Sulina, 2009.
- RÜDIGER, Francisco. *Introdução à teoria da comunicação, problemas correntes e autores*. São Paulo: EDICON, 1998.
- SULLIVAN, John L.; PIERESON, James; MARCUS, George E. An alternative conceptualization of political tolerance: illusory increases 1950s-1970s. *The American Political Science Review*, v. 73, n. 3, p. 781–794, 1979.
- STROUD, Natalie. Polarization and partisan selective exposure. *Journal of Communication*, v. 60, n. 3, p. 556–576, 2010.